



Presidente do TSE rejeita ação de Bolsonaro contra supostas irregularidades em inserções de rádio e pede a Aras que avalie eventual "cometimento de crime eleitoral", por parte da campanha, com a finalidade de prejudicar o 2º turno

# Moraes aponta tentativa de "tumultuar eleições"

» LUANA PATRIOLINO

LR Moreira/Secom/TSE

Em mais um dia de tensão às vésperas do segundo turno, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, negou pedido da campanha do presidente Jair Bolsonaro (PL) para investigar supostas irregularidades em inserções eleitorais em rádios. Na decisão, o ministro determinou que o procurador-geral eleitoral, Augusto Aras, investigue possível "cometimento de crime eleitoral" por parte da coligação "com a finalidade de tumultuar" a rodada final do pleito. Em reação ao magistrado, o chefe do Executivo anunciou que recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (**leia reportagem na página 4**).

Desde o início da semana, a campanha de Bolsonaro alega que rádios do Nordeste estariam priorizando inserções do candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Na ação enviada ao TSE, o grupo jurídico pediu investigação das emissoras e anexou arquivos e áudios que, supostamente, comprovariam as irregularidades.

Na avaliação de Moraes, os argumentos apresentados são impropriedades. "Não restam dúvidas de que os autores — que deveriam ter realizado sua atribuição de fiscalizar as inserções de rádio e televisão de sua campanha — apontaram uma suposta fraude eleitoral às vésperas do segundo turno do pleito sem base documental crível, ausente, portanto, qualquer indício mínimo de prova", escreveu o ministro.

O magistrado enfatizou que contestações sobre descumprimentos das regras das propagandas eleitorais devem "relatar fatos, indicando provas, indícios e circunstâncias". E apontou falhas no relatório apresentado pela campanha. "Observe-se, ainda, que os autores foram alterando suas alegações, chegando a expressamente admitir a existência de pedido incerto e não definido, ao afirmarem que 'o total dos dados somente poderá ser apresentado e checado totalmente ao fim das investigações judiciais', acrescentou.

O presidente do TSE também frisou que a coligação apresentou uma listagem genérica das rádios. "Os autores nem sequer



Moraes na decisão: "Não restam dúvidas de que os autores apontaram uma suposta fraude eleitoral (...) sem base documental crível"

## O que Moraes decidiu

### Procuradoria-Geral Eleitoral

Apurar "possível cometimento de crime eleitoral com a finalidade de tumultuar o segundo turno do pleito".

### Corregedoria-Geral Eleitoral

Averiguar eventual desvio de finalidade no uso do Fundo Partidário para a contratação de uma auditoria que embasou as denúncias.

### Supremo Tribunal Federal

Receber o caso no âmbito do inquérito das milícias digitais, que apura a existência de grupos que atuam contra as instituições democráticas.

indicaram de forma precisa quais as emissoras que estariam supostamente descumprindo a legislação eleitoral, limitando-se a coligir relatórios ou listagens de cunho absolutamente genérico e indeterminado", disse. "Pasmem, do exame dos arquivos juntados pelos autores não se extraem os dados apontados como aptos a amparar as razões apresentadas. Ao contrário disso, apenas são encontradas planilhas, a rigor esparsas, com dados aleatórios e parciais, que tornam impossível chegar a conclusão sustentada pelos requerentes."

## Exoneração

Também ontem, Moraes exonerou o servidor Alexandre Gomes Machado, do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF), que exercia o cargo de assessor de gabinete da

Secretaria Judiciária da Secretaria-Geral da Presidência do TSE.

Após a dispensa, Machado procurou a Polícia Federal e, em depoimento, alegou ter sido vítima de abuso de autoridade. afirmou ter sido exonerado após informar à Corte sobre falhas na fiscalização e no acompanhamento de inserções da propaganda eleitoral gratuita. O servidor disse temer por sua integridade física.

Em nota, o TSE sustentou que a exoneração se deu por "reiteradas práticas de assédio moral, inclusive por motivação política". A Corte classificou como "falsas e criminosas" as alegações do servidor e "tentativa de evitar sua possível e futura responsabilização". O tribunal ainda explicou que a distribuição da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão não é função da Corte, mas, sim, das emissoras.

Nas redes sociais, Machado já fez postagens contra o PT e contra o candidato do partido à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ele também republicava posts de parlamentares bolsonaristas.

Machado ainda trava uma batalha judicial contra o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União (Sindjus-DF). Ele pede que a entidade informe ao TSE o nome dele como membro efetivo na Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação do órgão. O servidor argumenta que foi retirado da função "de forma arbitrária, sem direito a contraditório e em completo cerceamento do direito à ampla defesa, destituído de tal função por ato irregular da entidade sindical". (**Colaborou Victor Correia**)

## Cármen Lúcia rebate ataques

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), se manifestou, ontem, sobre os ataques machistas que sofreu nos últimos dias.

Ela foi alvo de ofensas misóginas do ex-deputado Roberto Jefferson (PTB), o que motivou uma nova ordem de prisão contra ele.

Em um vídeo publicado nas redes sociais, Jefferson comparou a magistrada a "prostitutas" e "vagabundas". Ele reiterou os ataques em audiência de custódia, na segunda-feira, em que se desculpou com as prostitutas pela "má comparação".

Cármen Lúcia agradeceu o apoio que recebeu dos pares nos últimos dias e disse que continuará julgando "serenamente".

A ministra fez um discurso sobre a unidade do tribunal. "O atingimento de um é de todos", disse. "Vários de nós passamos, nesses últimos tempos especialmente, por agruras que vão além de qualquer civilidade."

Ela ressaltou, ainda, que o país passa por "tentativas de subversão ou erosão democrática". "Dificuldades fazem parte, mas o Brasil vale a pena, o Estado de direito vale a pena, a democracia vale o que cada um de nós faz", enfatizou.

## Omissão

Decano do Supremo, o ministro Gilmar Mendes também criticou os ataques contra Cármen Lúcia. Ele frisou que a magistrada tem as "mais elevadas virtudes republicanas". Sem citar o ex-deputado, avaliou que o Brasil vive um "cenário de recessão democrática" e "erosão constitucional". "A República foi submetida aos mais impensáveis ataques nos últimos anos", destacou. "O autoritarismo germina em uma lógica discursiva bélica."

O magistrado ressaltou, ainda, que a "decadência democrática" do país é fruto de "omissões calculadas e conivências oportunistas das autoridades", no que classificou como um "ambiente de rapinagem institucional".

"A muitos interessa um Supremo Tribunal Federal fraco, e para enfraquecer a instituição todo meio é válido: ameaçar a vida de ministros e de seus familiares, financiar quadrilhas que acampam na Esplanada dos Ministérios, bem como incitar seus comparsas a destruir o tribunal", disparou.

Mendes também reagiu a acusações de que o tribunal tem desbordado suas atribuições e interferido em funções do Executivo e do Legislativo, como frequentemente afirmam o presidente Jair Bolsonaro e apoiadores.

"Nessa realidade paralela, os que militam por ditadura, apresentam-se como defensores da liberdade. Como uma mentira dita mil vezes começa a assumir tons de verdade, qualquer decisão do tribunal que busque proteger o Estado democrático de direito passa a ser descrita historicamente como um abuso. É assim que o Poder Judiciário, um poder desarmado, consegue ser pintado como golpista", criticou.

# Rádio diz que PL não enviou inserções

» TAÍSA MEDEIROS

A Rádio JM 95.5 FM, de Uberaba (MG), divulgou nota, ontem, explicando que no segundo turno das eleições os materiais de campanhas do PL, partido do presidente e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro, deixaram de ser enviados para a veiculação na grade de programação.

"Desde o início da propaganda eleitoral do 1º turno, a Rádio JM vinha recebendo diretamente dos partidos e coligações os mapas de mídia e respectivos materiais para veiculação na programação diária da emissora. Todavia, no início do segundo turno das eleições presidenciais, os mapas e materiais de uma das campanhas deixaram de ser enviados", diz a o comunicado.

Segundo a emissora, o fato foi percebido em 10 de outubro, e a

Justiça Eleitoral foi questionada por telefone. "Da mesma forma, a emissora acionou o Partido Liberal, expondo a questão e pedindo que os mapas e materiais voltassem a ser encaminhados por e-mail, a exemplo do que ocorreu no 1º turno. Essa providência foi, então, adotada pelo Partido Liberal", destaca.

A rádio diz, ainda, que houve ausência de orientação da Justiça Eleitoral sobre eventual necessidade de reposição das inserções não veiculadas. O pedido foi formalizado por escrito, mas não houve resposta da Justiça Eleitoral, segundo a emissora.

"Lamentamos que o assunto tenha motivado um debate político acirrado e absolutamente desproporcional sobre um questionamento que poderia ter sido resolvido com a simples resposta pedida pela emissora, que

assim o fez baseada no princípio da boa-fé e da transparência, sempre no propósito de defesa da democracia e de seus ideais, bem como na intenção de sempre bem informar os eleitores, de forma correta e com a lisura que caracteriza sua atuação nas comunicações do país", conclui a nota.

Segundo a assessoria da campanha de Bolsonaro, "todas as entregas foram realizadas nos prazos e condições especificados na resolução do TSE". "Os documentos comprobatórios foram encaminhados para o setor jurídico da campanha", afirmou.

A reportagem também questionou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre o motivo de a solicitação da rádio não ter sido atendida, mas não havia se posicionado até o fechamento desta edição.

Evaristo Sa/AFP



Fabio Wajngarten e Fábio Faria integram a campanha do presidente